

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A ORIENTAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

MARIA CATARINA CHITOLINA ZANINI¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo tecer reflexões acerca da prática da orientação em Antropologia. Com base em experiência pessoal, buscou-se problematizar como, em nível individual ou disciplinar, processa-se a produção e reprodução do conhecimento na área.

Palavras-chave: Antropologia (1); Metodologia (2); Etnografia (3)

Abstract

This article aims to reflect about the orientation and its practices in Anthropology. Taking from personal experience we problematize how, in individual or disciplinary level, the production and reproduction of science happens.

Keywords: Anthropology (1); Methodology (2); Ethnography (3)

Introdução

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o processo de orientação em Antropologia, uma das áreas das Ciências Sociais. Minha intenção é a de, a partir de experiência pessoal, problematizar o ensino e a aprendizagem do fazer antropológico. Escrever sobre esse tema não é algo comum entre os cientistas sociais, mais preocupados em refletir acerca de objetos de pesquisa e não necessariamente das relações sociais (orientador/orientando e orientando/grupos pesquisados) envolvidas nos bastidores da produção de conhecimento científico. Contudo, creio que as relações sociais através das quais “o fazer ciência” se dá, são fundamentais para o desfecho do mesmo. A inspiração para tal empreitada me foi dada por Mariza Peirano (2004), que muito bem escreveu sobre sua experiência enquanto orientadora. Embora com trajetória distinta da dela, uma vez que minha experiência baseia-se na graduação, permito-me, também, tornar públicas algumas das inquietudes desse processo tão delicado e tenso que é orientar. Segundo Peirano, a prática da orientação não é um momento isolado, mas está inserido num processo maior que ela denomina de “reprodução, continuidade e expansão da disciplina” (ibidem, p.1). Assim sendo, compreendo que a orientação é também um exercício de ensino no qual muitas dos conhecimentos teóricos e metodológicos aprendidos pode-

¹ Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da UFSM.

rão ser experimentados, questionados e desconstruídos. Se, através de um trabalho de orientação consegue-se definir linhagens de pesquisadores, não sei. Mas, penso que muitas heranças e trocas ocorrem, o que é sempre um aspecto positivo de qualquer convivência humana, não somente no campo científico, mas em qualquer instância social.

A produção do conhecimento

Para um bom trabalho em equipe é necessário de antemão que alguns pressupostos estejam esclarecidos, tais como: o que se compreende por ciência, como se processa o trabalho científico, como se transformam “dados” em análises e estas em textos capazes de expressar idéias e reflexões. Para tanto, um caminho de inserção no que é Antropologia e como se faz Antropologia é necessário. E, nesse momento, conta-se com a ajuda dos três anos de formação teórica e metodológica que os alunos tiveram no curso de Ciências Sociais. Dessa forma, sabe-se que os estudantes a serem orientados poderão ter noções de ciência diferentes das do orientador, o que não invalida a parceria. Contudo, faz-se necessário uma pequena revisão teórico-metodológica, na qual se discutirão alguns pressupostos básicos.

Uma orientação é sempre um trabalho em equipe e individual ao mesmo tempo. O coletivo formado pela interação orientador/orientando é de extrema importância no desfecho do trabalho. Contudo, o aluno jamais pode perder de vista que o sucesso ou não de sua empreitada é fruto de sua dedicação. Não há orientação, por melhor que seja, que corrija os vícios de um estudante indisciplinado. Qualquer ciência necessita de um bom programa de trabalho e de muita disciplina. Inicia-se com leituras acerca do tema, parte-se para problematizações, forma-se um projeto e dependendo do objeto a ser investigado, escolhem-se técnicas de pesquisa. O resto é trabalho.

Bem, a produção do conhecimento em Antropologia é um processo reflexivo que necessita do pesquisador a atenção constan-

te para não relativizar demais ou para não “estranhar”² em excesso os grupos com os quais trabalha. O pesquisador, enquanto sujeito social também, preso às teias de significação de sua cultura e de seus grupos de referências, não é isento em seus juízos e valores. Por mais que queiramos que a ciência tenha uma certa neutralidade, sempre salientamos que esta é mais uma busca do que uma realidade a ser encontrada. O pesquisador é também um ser social. E a Antropologia é reflexiva também, na medida em que, ao observarmos as situações que nos são postas, temos que fazer anotações, considerações, desta forma, o evento já passou pelo primeiro crivo, que é a tradução para a linguagem escrita. E nem estamos falando ainda em análise de dados. Falamos somente de registro dos mesmos.³ Portanto, a primeira tarefa do aluno é consigo mesmo: construir e desconstruir o tempo todos suas próprias formulações, pensar e repensar as suas categorias e entendimento e as categorias de entendimento que lhe são apresentadas pelo contato com o “outro”. Tarefa delicada, mas é assim que se faz Antropologia. Esta é uma ciência interpretativa, portanto deve-se estar atento para o fato de que os próprios dados são construções possibilitadas pela nossa capacidade de entendê-los como tal. Em termos de procedimento, entendemos que esta seja a primeira condição de um bom trabalho de orientação, ou seja, a coincidência de que orientador e orientando compreendem o trabalho científico da mesma forma e que este é, no fundo, fruto de um mergulho no universo a ser pesquisado e, até certo ponto, em si mesmo também.

² O “estranhamento” é um dos passos primeiros de uma boa etnografia, especialmente quando se trabalha com nossa própria sociedade. Da mesma forma, o processo de “familiarização” com o estranho, ou seja, quando o antropólogo tenta compreender as categorias sociais e as instituições sob o ponto de vista do grupo a ser pesquisado.

³ Para Roberto Cardoso de Oliveira, “Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo (ou no campo) esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo (1996, p.15).

O trabalho de campo

Em Antropologia, trabalha-se com a noção de trabalho de campo inspirada em Malinowski (1984), para quem o contato próximo e intensivo com o grupo pesquisado é fundamental a fim de poder compreender funcionalmente como as categorias e instituições nativas funcionam. Enfim, procurar entendê-las em seus próprios termos. Embora de forma revisitada, menos preocupada em caracterizar a objetividade da pesquisa etnográfica, o trabalho de campo pode e deve seguir os conselhos apresentados por Malinowski, quais sejam: caráter científico da pesquisa, o convívio intenso com o grupo a ser pesquisado e utilizar técnicas e métodos especiais de “coleta, manipulação e registro da evidência” (1984:20). Contudo, entendo que há campos e campos, uns mais e outros menos etnográficos, no sentido de exigirem uma pesquisa qualitativa mais extensa e um contato mais direto com o outro. Não necessariamente a quantidade de tempo partilhada com o grupo pesquisado reverterá em bons dados. Para tal, é necessário se adequar boas técnicas de pesquisa e expansão de horizontes interpretativos, uma vez que pode-se correr o risco de hipóteses pré-determinadas adormecerem a capacidade analítica e investigativa dos estudantes. A solução para esse dilema é conjugar leitura e pesquisa, concomitantemente. Como bem referido por Malinowski, em etnografia é freqüente a distância entre a apresentação final dos resultados de uma pesquisa e o “material bruto das informações coletadas pelo pesquisador através de suas próprias observações, das asserções dos nativos, no caleidoscópio da vida tribal” (ibidem, p.19). Contemporaneamente, os antropólogos não estudam somente culturas diferentes da sua, mas estão cada vez mais dispostos a estudar os diversos grupos que compõem a sua própria sociedade. Mesmo assim, as categorias nativas, as linguagens (verbais e não verbais), os saberes, poderão ser distintos de grupo para grupo. O olhar voltado ao uni-

verso do pesquisador tem sido muito fecundo também para se refletir acerca de determinadas formas de ser e pensar tidas como “óbvias” e “naturais” no convívio em sociedade.

A etnografia, ressaltadas as considerações expostas no item anterior, deve ser compreendida como um encontro entre mundos sociais, o do pesquisador e o do pesquisado. Não que ambos necessitem estar em universos distantes, mas sim que o olhar que ambos podem ter sobre as mesmas coisas pode ser diferenciado. O antropólogo, portador de suas categorias de entendimento e de sua linguagem científica, muitas vezes corre o risco de querer que o outro se expresse numa linguagem minuciosa ou, ao menos, mais inteligível para ele próprio. Esse é um cuidado que se deve ter. O que se deve analisar é a forma como os outros se expressam e se concebem em suas próprias categorias, não como pensamos que deveria ou poderia ser. Mergulhar nessas categorias é nosso trabalho. Procurar compreender o porque, quando e como o fazem também faz parte de nossa rotina de pesquisa. Sem esses pressupostos, muitos objetos extremamente ricos para serem analisados acabam sendo banalizados. É o que se chamaria, em termos atribuídos por Malinowski, de “observação participante”.

Buscar compreender o “outro” como uma complexidade social fecunda é o primeiro passo do pesquisador. Assim, qualquer grupo, cultura etc podem ser “traduzidos”, considerando-se que essas traduções são sempre interpretações possíveis sobre o outro, não necessariamente verdades absolutas e inquebrantáveis. O teor científico de nossas construções está assentado numa boa utilização metodológica e na capacidade de reflexão acerca de nossos “objetos” de pesquisa e não no fato de não poderem ser questionados ou contraditos.

Sobre a densidade de nossas descrições sobre o outro, considero sempre relevante a releitura de Geertz, que na obra *Interpretação das Culturas*, no capítulo sobre a descrição densa ressalta que:

O que se deve perguntar a respeito de uma piscadela burlesca ou de uma incursão fracassada aos carneiros não é qual o seu *status* ontológico. Representa o mesmo que pedras de um lado e sonhos do outro – são coisas deste mundo. O que devemos indagar é qual é a sua importância: o que está sendo transmitido com a sua ocorrência e através da sua agência, seja ela um ridículo ou um desafio, uma ironia ou uma zanga, um deboche ou um orgulho (1989, p.20-21).

Outro aspecto importante é sobre o amparo ético da pesquisa antropológica. A ABA (Associação Brasileira de Antropologia) possui seu Código de Ética que deve ser conhecido pelos estudantes, preferencialmente na elaboração dos projetos de pesquisa. Contudo, será no dia-a-dia da pesquisa que a capacidade ética do pesquisador será testada. O respeito aos grupos com os quais trabalha, antes, durante e após a pesquisa é fundamental. Os consentimentos informados auxiliam como recurso formal, mas o cotidiano da pesquisa é que realmente pesa no caráter ético da pesquisas com seres humanos. Devemos sempre ter em mente que nossa pesquisa, mesmo que breve, pode, de alguma forma, interferir na vida daqueles com quem trabalhamos. Aconselha-se, igualmente, para aqueles alunos que se interessarem pelo tema, a leitura de algumas discussões recentes sobre ética em Antropologia.

O trabalho teórico

Terminada a pesquisa de campo, geralmente os alunos se preocupam em demais com o recorte teórico que será emprestado aos seus dados. Em nossa compreensão, não se divide teoria de um lado e análise dos dados de outro. Os dados devem ser analisados à luz de conhecimentos teóricos, fruto de anos de leitura e da literatura específica encaminhada pelo orientador, nunca o contrário, ou seja, a teoria encapsular o que se experimentou, viu e

observou durante o trabalho de campo porque não há fundamentações para balizar. A ciência se faz de empréstimos, associações e negações. É importante o aluno não se deixar cegar pela teoria e também tomar o cuidado para não deixá-la de lado. É ela que permite que a fluidez interpretativa e analítica ocorra, senão a Antropologia se torna descrição pura. A teoria deve nos encaminhar, através das experiências de outros estudos, por entre possibilidades de trabalho. Devemos levá-la muito a sério, mas não permitir que ela, não nos instrumentalizando em algumas situações de pesquisa, aniquile nossa capacidade criativa. Sou, enquanto professora e orientadora, partidária de formações teóricas densas, mas não durante o trabalho de orientação. Esse é um caminho que o aluno, ao entrar em campo, já deve ter trilhado. Conhecer escolas, metodologias, autores, linhas de pesquisa etc é algo que já deve estar assimilado. Se isto não tiver ocorrido em três anos de curso, infelizmente em alguma parte do trabalho de pesquisa as deficiências aparecerão. E, é a capacidade de bem aproveitar o curso que diferencia alguns trabalhos de outros. Não há como corrigir uma graduação mal encaminhada num trabalho de orientação de curso que dura um ano. E, muitas vezes, como orientadores, somos cobrados sobre a *performance* final do aluno, tanto do ponto de vista teórico-metodológico como da inserção deste no universo da pesquisa.

Dialogar, conversar... desabafos, acertos. Assim a ciência acontece

Para muitos alunos, as grandes dificuldades da pesquisa não são necessariamente leituras, transcrição de fitas e relatórios. Mas, sim o contato humano, aquele processo de chegar até o outro, de etnografá-lo, de entrevistá-lo, de conviver com ele. Nem sempre os antropólogos são bem-vindos. E, nem todos os antropólogos serão excelentes etnógrafos. Aí residem diferenças individuais e de formação e de compreensão de como se faz ciência. Muitas vezes, recebemos respostas negativas às nossas solicita-

ções de entrevistas e de contato, mas esse é um direito que o pesquisado tem. Nem sempre ele estará à nossa disposição ou compreenderá a relevância de nossas investigações científicas. Outras vezes, ao contrário, nos tornamos aliados na reconstrução de auto-estimas sociais e de valorização de traços culturais e minoritários. Há casos e casos. Os choros, as lágrimas, as raivas, os medos acompanham os pesquisadores em determinadas situações de pesquisa. Há vezes em que somos bem-vindos demais e as relações que se estabelecem durante a pesquisa transcendem os limites científicos, ou seja, fica difícil “estranhar”. Contudo, cremos que o orientador deve ser aquele interlocutor que diga “vá em frente” ou “pare por aqui”. Há limites nas pesquisas que, se ultrapassados, não são benéficos. Informações de menos são prejudiciais assim como dados demais.

Há momentos da pesquisa em que a relação orientador/orientando deve permitir a abertura, o diálogo desabafado, pois em determinadas situações, o neófito não consegue perceber que, nas dificuldades que encontra em sua trabalho de campo, residem elementos muito valiosos para serem investigados sobre aquele grupo ou sobre aquele tema. Não somente as palavras devem ser ouvidas e observadas em seus contextos, mas também os silêncios, os gestos, os constrangimentos: o que foi dito, quando, como, para quem, onde e também aquilo que, em determinadas situações, não pode ser expresso. Que roupas vestiam? Que alimentos comiam? Na presença de quem? Homens e mulheres estavam juntos? E as crianças? E os velhos? Quem entrou pela porta da frente? Quem entrou pela porta dos fundos? Quando as vozes se alteravam? Quem falava primeiro? Enfim, os detalhes fazem toda a diferença numa boa etnografia. Assim, torna-se possível compreender, no nível que nos é permitido, as culturas alheias ou mesmo estranhar a nossa própria.

O diário de campo é um aliado do pesquisador. Nele devem ser registradas todas as observações, os pareceres, aquelas primeiras, segundas, terceiras impressões. Esse

deve ser o nosso relato mais pessoal. Para alguns estudantes, parece perda de tempo. Ressalto sempre que é muito tempo depois que se observa a riqueza de um bom diário de campo. Ele deve ser como um amigo íntimo a quem confidenciamos. Os detalhes, maiores e menores, devem ser anotados, lidos e relidos. Nele estará registrada a nossa inserção no universo da pesquisa. E reconhecer isso é um exercício fundamental.

O caderno de leitura também é um aliado essencial do aluno que tem como objetivo final, a elaboração de uma monografia. Nesse caderno devem ser interpretadas e fichadas as leituras à luz dos problemas que a pesquisa envolve. Não deve ser uma leitura apressada, mas direcionada. Alguns estudantes reclamam de ter que fazer fichamentos. Contudo, é na hora de redigir um texto monográfico que a utilidade de tal trabalho aparece. Ali estarão reflexões, fontes de inspiração e diálogo. Isso faz parte da disciplina científica e os alunos, mesmo de graduação, devem ser orientados sobre isso.

Era uma vez... A difícil arte de escrever

A escrita é somente uma das etapas da pesquisa antropológica. É no momento em que os estudantes juntam seus dados e começam a querer sobre eles tecer interpretações que muitas crises surgem. Para alguns, esse é o momento de se retornar ao campo ou de se refazer leituras teóricas. Alguns pensam em abandonar tudo que tem em mãos, pensando tratar-se de “inutilidades”. Escrever talvez seja o momento no qual os alunos mais se sintam cobrados, pois a avaliação final de sua pesquisa se dará através de um texto monográfico. Dessa forma, procuramos não exigir teoria e análise de dados em separado. A teoria, como já dito, deve iluminar a interpretação e não somente constar como conhecimento acumulado. Na medida em que a quantidade de leituras auxiliar na reflexão, melhor. Senão, somente sobrecarrega a escrita. De minha parte, penso que se pode confiar na formação

teórica anterior que trouxeram e não exigir que repassem essa para a monografia.

Para se escrever um texto é necessário recorrer às técnicas de redação. Nada muito especializado, mas coerente. Um bom texto deve ter fluidez, não amarrar demais com citações ou fugir delas como se ninguém tivesse dito aquilo antes. Citar fontes é o primeiro grande recurso a ser utilizado. Como citá-las também. Os usos das mesmas podem estar dentro de estilos pessoais de escrita, o que deve ser respeitado. Como orientadores nos limitamos a apontar as faltas e excessos descritivos, mas não há como interferir na totalidade do texto ou na qualidade da escrita. Os recortes analíticos, a construção dos capítulos devem ser um exercício criativo, pois o aluno terá que trabalhar e “conviver” com os mesmos por um bom tempo. Não se deve escrever como se estivesse depositando palavras, mas sim conjugar escrita com reflexão, inserção e aprofundamento nos dados.

A escrita é uma atividade solitária e necessária ao cientista social. É seu instrumento de expressão e penso que devemos estar sempre prontos a aprimorá-la e refiná-la. Fazemos ciência numa sociedade que valoriza sobremaneira a linguagem escrita. Devemos, para tanto, tornar-nos aptos a dominar o discurso científico da disciplina. A Antropologia, como ciência, possui um vocabulário próprio que deve ser conhecido e usado pelo estudante. As escolas, os conceitos, os autores, os estilos devem estar presentes enquanto guias no momento de se escrever um bom texto. Para isso é necessário se ter utilizado bons recursos de pesquisa e também de se ter leituras suficientes, o que está a cargo do orientador definir. Há alunos que com um referencial teórico básico produzem análises fantásticas e outros que, com teoria em demasia, desprezam suas próprias idéias, assegurando-se sempre na bibliografia. Há que se saber dosar e conhecer o potencial de cada estudante. Particularmente, pensamos que, na Antropologia, em se falando de trabalhos de final de graduação, exercitar a criatividade é algo maravilhoso. Contudo, deve-se estimular os estudantes a sempre relacionarem suas pes-

quisas e objetos dentro de um “discurso de disciplina”. Ou seja, estamos fazendo Antropologia, embora, por vezes, os limites entre o fazer ciência e o fazer arte sejam mínimos, visto que trabalhamos tanto com as objetividades da vida social quanto com suas subjetividades.

Muitas vezes, em situações onde a pesquisa de campo foi difícil e resultou em poucos dados, recomendo uma reflexão sobre isso na própria monografia. Por que o grupo não quis cooperar? Por que a pesquisa não progrediu? Será que as técnicas utilizadas foram as melhores e mais adequadas para os objetivos propostos? Enfim, sem desespero. Consideramos que o exercício de pesquisa é composto de uma totalidade de circunstâncias e refletir sobre elas também faz parte da produção do conhecimento. Procuro acompanhar de perto o trabalho de campo e orientar sem interferir em demasia. Contudo, nem sempre isso é possível. Portanto, no momento de escrever, o que deve estar presente na monografia é todo o processo de produção e não somente considerações finais. Avalio o exercício etnográfico com um todo. Para aqueles alunos que optam por temas mais bibliográficos, a rotina é outra, contudo sempre é ressaltado que o texto deve fluir como parte de um aprendizado. Igualmente, um bom texto não fica pronto de vez. São necessárias versões e versões e os alunos devem estar preparados para esse exercício, às vezes difícil, que é o de refazer, reescrever, repensar. Sugiro, também, para aqueles que podem pagar, que seja feita uma boa revisão de texto por um profissional que, melhor que o orientador, poderá interferir na qualidade da escrita.

Trabalho concluído e agora? É só defender?

Ressaltamos sempre aos alunos que as “conclusões” de uma pesquisa, seja empírica ou teórica, em verdade são considerações finais daquele estudo. Se nós o tivéssemos escrito em outro momento acadêmico, pessoal, histórico etc o mesmo poderia ter outras conclusões, outras afirmações.

Enfim, a produção da ciência está inserida em contexto históricos, sociais e políticos e individuais. Não há como ser diferente.

Para alguns estudantes, a monografia deveria se tornar um caminho de intervenção social. Através dela almejavam ver algumas situações sociais transformadas. Costumo alertar sobre isso. Dependendo do objeto pode ser algo fácil ou não. Os dados coletados através de recursos eticamente tratados, devem ser plenamente respeitados. Ressalto sempre que, muitas vezes, o fato de um grupo ter sido pesquisado já é algo relevante, mesmo que nossos estudos não alcancem a projeção que gostaríamos.

Conclusão

O processo que envolve a elaboração de um trabalho científico requer dedicação e tempo, principalmente nas Ciências Sociais que fazem seu laboratório nas mais diversas circunstâncias e situações sociais. Elaborar recortes a fim de que o objetivo final, que é a monografia, esteja concluído é um processo complexo às vezes. O papel do orientador neste momento é fundamental, encaminhando o orientando para o discurso da disciplina. Enfim, meu propósito neste artigo foi tornar públicas algumas das experiências do ensino em Antropologia que considero fundamentais, quais sejam: a importância da relação orientador/orientando para a construção do conhecimento científico; a necessidade de uma disciplina de trabalho de pesquisa a fim de que o estudante aprenda o "fazer antropológico" e a verdade final, que é a de que nossos estudos serão sempre possibilidades interpretativas e não dogmas inquebrantáveis. Ciência se faz aprendendo e também desaprendendo. Esse processo se dá através da relação orientador/orientando ou orientando/grupo pesquisado e reconhecer isto é de fundamental importância.

Referências bibliográficas

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.39, n.1, 13-37, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida: reflexões sobre a orientação em Antropologia. Série Antropologia*, Brasília, 2004.